



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

**ANEXO VI**

REFERÊNCIAS PARA COLABORAÇÃO

**1. OBJETO DA PARCERIA**

1.1. Celebração de parceria mediante a formalização de **Termo de Colaboração com Organização da Sociedade Civil**, objetivando a execução do PTSA – Projeto Técnico Socioambiental, **Drenagem Urbana Sustentável e Manejo de Águas Pluviais no Município de Santana do Ipanema/AL**.

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1. Justifica-se a realização da parceria proposta considerando as diretrizes da Lei Federal nº 13.019/14 voltadas para consecução de finalidades de interesse público e recíproco com as Organizações da Sociedade Civil - OSC, pois, nem todas as demandas de interesse público são efetivadas diretamente pela municipalidade, necessitando para atender ao bem comum o estabelecimento de mútua cooperação, tornando a execução do objeto mais eficaz.

2.2. Igualmente, a parceria almejada não consiste, envolve ou inclui, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

2.3. Sendo assim, objetiva-se com a presente parceria a execução do PTSA– Projeto Técnico Socioambiental, **Drenagem Urbana Sustentável e Manejo de Águas Pluviais no Município de Santana do Ipanema/AL**, onde terá por base para a triagem os beneficiários contemplados com a obra de drenagem urbana em seu local de domicílio, por intermédio do conjunto de ações sócio-educativas voltadas para a promoção da conscientização, sensibilização, participação e desenvolvimento sustentável da comunidade, com vistas à promoção da melhoria das condições de vida.

**3. CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO:**

3.1. Especificações:

<b>Público-alvo:</b>	Famílias contempladas com a obra de drenagem urbana em seu local de domicílio.
----------------------	--



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

<b>Finalidade:</b>	Promover o desenvolvimento sustentável por intermédio da conscientização e sensibilização socioambiental utilizando-se da participação comunitária.
<b>Objetivo:</b>	Promover a participação efetiva dos moradores dos bairros contemplados com a obra no gerenciamento de todo o processo de implantação das intervenções, estabelecendo um nível de interação e desenvolvimento da noção de co-responsabilidade.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ <b>Estabelecer e fortalecer canais de comunicação entre o poder público e os moradores dos bairros contemplados</b>, garantindo um fluxo contínuo de informações que possibilite o acompanhamento do processo de implantação das intervenções e o alcance dos objetivos propostos;</li><li>✓ <b>Promover uma visão integrada das intervenções junto à comunidade afetada</b>, articulando ações que permitam aos moradores compreenderem e se envolverem em todas as etapas do projeto;</li><li>✓ <b>Assegurar que os moradores diretamente impactados estejam informados sobre as diversas etapas das obras</b>, buscando junto a eles soluções para os impactos gerados, visando minimizar conflitos e promover a convivência harmoniosa;</li><li>✓ <b>Sensibilizar os moradores sobre a importância de preservar as intervenções realizadas</b>, incentivando uma nova percepção e apropriação do espaço coletivo, além de reforçar o papel de co-responsabilidade na manutenção do patrimônio público;</li><li>✓ <b>Valorizar e estimular as potencialidades dos grupos sociais atendidos</b>, promovendo iniciativas que reconheçam e fortaleçam as habilidades e capacidades locais, contribuindo para o desenvolvimento comunitário;</li><li>✓ <b>Incentivar a gestão participativa dos projetos</b>, garantindo que os moradores tenham voz ativa e se sintam co-responsáveis pelo sucesso e sustentabilidade das intervenções nos bairros contemplados.</li></ul>
<b>Ações</b>	As atividades serão desenvolvidas através de ações coletivas e individuais de acordo com cada nível de atuação. Terão procedimentos metodológicos básicos como reuniões, oficinas, dinâmicas, cursos de geração de renda, entre outros. Para atingir estes objetivos, o Plano de Trabalho Social será desenvolvido em quatro eixos: <b>I) Mobilização, organização e fortalecimento social; II) Acompanhamento e gestão social da intervenção; III) Educação ambiental, sanitária e patrimonial; e, IV) Desenvolvimento socioeconômico.</b>



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

	<p>❖ <b>EIXO I: Mobilização, organização e fortalecimento social</b> - serão desenvolvidas ações que visem promover autonomia e protagonismo social na população beneficiada pelo Trabalho Socioambiental:</p> <p><b>1) Plantão Social, Divulgação e Mobilização das Ações Executadas:</b> O plantão social será um ponto de atendimento e orientação para os beneficiários, onde a equipe técnica desempenhará diversas funções:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Informar os moradores sobre o projeto de drenagem, seus objetivos, cronograma e impactos esperados, permitindo que estejam cientes do que está acontecendo e se preparem para possíveis mudanças e transtornos na vida cotidiana durante a execução do projeto.</li><li>➤ Esclarecer à população as atribuições e responsabilidades dos diversos atores envolvidos (Ente Público, CAIXA, beneficiários, construtora) em relação às demandas apresentadas.</li><li>➤ Promover a articulação e interlocução com as instituições e parceiros, bem como o encaminhamento, acompanhamento e avaliação contínua junto aos beneficiários.</li><li>➤ Registrar data e hora dos atendimentos, das demandas, encaminhamentos e resultados acompanhados, além de quaisquer denúncias ou reclamações recebidas que necessitem de providências por parte do Poder Público.</li><li>➤ Mobilizar a população para participar tanto das ações dos trabalhos sociais quanto das visitas às obras, auxiliando assim a Comissão de Acompanhamento de Obras (CAO) e promovendo a participação comunitária.</li><li>➤ Elaborar relatórios sobre principais informações coletadas durante as visitas e o percentual de andamento da obra, divulgando-os posteriormente.</li></ul>
--	---



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	<p>2) <b>Visitas às obras e repasse de Informação aos beneficiários:</b> As visitas serão realizadas trimestralmente e após visita a equipetécnica auxiliará a Comissão de Acompanhamento de Obra-CAO e juntos elaborarãorelatório que deverá ser encaminhado a Caixa Econômica Federal junto aos relatórios mensais de acompanhamento.</p> <p>3) <b>Apresentação do Projeto de Trabalho Socioambiental, destacando os benefícios esperados e esclarecendo dúvidas:</b> Será realizada no primeiro mês de execução, acontecerá em um momento de 4 horas e irá contemplar 200 (duzentos) beneficiários. Terá como público alvo a população beneficiada e parceiros dos órgãos públicos. Para tanto, será necessário aluguel de 200 cadeiras e 20 mesas. Será servido 200 lanches e 3 garrafinhas de água a cada um dos 200 participantes. Esta ação ocorrerá em um equipamento público ou ginásio de esporte pertencente à Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema. A divulgação e o chamamento das famílias contempladas com a obra será realizada nas localidades, através de carro de som e panfletagem. Nesta ação será feita uma abertura com apresentação musical e de forma lúdica será passado à mensagem da importância do Trabalho Socioambiental e a participação assídua dos beneficiários. Na oportunidade também será explanado o que é o Projeto de Trabalho Socioambiental e a importância de uma obra de drenagem urbana sustentável e manejo de águas pluviais. Também será realizada a assembleia da Comissão de Acompanhamento de Obras – CAO, onde serão eleitos no mínimo 03 (três) representantes, tendo como objetivo destas comissões a participação efetiva da população no processo de construção da moradia, e que as mesmas repassem as informações nas reuniões e cursos ofertados para os demais beneficiários, favorecendo o relacionamento entre os moradores como também a organização</p>
--	--



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	<p>comunitária. Ao final da ação será aberta inscrição para os participantes que quiserem participar das oficinas previstas no PTSA. Como estratégia de mobilização será realizada 1 gravação em áudio e 3 diárias de divulgação sonora nas áreas de intervenção, bem como mobilização realizada pela equipe técnica.</p> <p>4) <b>Palestra sobre os Programas Sociais do Governo Federal / CAIXA, através do Cadastro Único:</b> Será realizada no segundo mês de execução, acontecerá em 5 Unidades básicas de Saúde, visto que as localidades que terão as intervenções não ficam próximas e a resistência dos beneficiários em participarem, terá duração de 2 horas cada e contemplará 40 beneficiários em cada uma, totalizando 200 (duzentos) participantes. As palestras terão como público alvo a população beneficiada pela intervenção, acontecerá em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social, Cadastro Único e Caixa Econômica Federal para tratar sobre a importância de estar cadastrado e atualizado no CadÚnico para ter acesso aos programas sociais do Governo Federal, tais como: Programa Habitacional, Auxílio Brasil, Tarifa Social, Telefone Popular, Carteira do Idoso, dentre outros. Também serão repassados os requisitos para ter direito aos benefícios. Serão ofertados 200 lanches e 400 águas 2 para cada participante e haverá distribuição de panfletos. Como estratégia de mobilização será realizada articulação com a coordenação de atenção básica do município 1 gravação em áudio e 2 diárias de divulgação sonora na área de abrangência da UBS que coincide com área de intervenção (1 gravação em áudio x 5 palestras = 5 gravações e 2 diárias de divulgação x 5 palestras = 10 diárias).</p>
--	--



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	<p>❖ <b>EIXO II: Acompanhamento e gestão social da intervenção</b> – serão realizadas ações de preparação da comunidade para a participação efetiva no Projeto Social:</p> <p>1) <b>Oficinas sobre Desenvolvimento de Liderança e Fortalecimento Comunitário:</b> Serão 2 oficinas, cada oficina acontecerá com carga horária de 24h, (3 dias x 8 horas por dia x 2 oficinas= 48 horas no total) irá contemplar 16 (dezesseis) beneficiários cada. Para tanto será necessário aluguel de cadeiras (16 cadeiras x 3 dias = 48 diárias x 2 oficinas = 96 diárias) e mesas (1 mesa para cada 2 beneficiários = 8 mesas x 3 diárias = 24 diárias x 2 oficinas= 48 diárias). O lanche será servido os dois horários (16 beneficiários x 2 turnos x 3 dias x 2 oficinas = 192 lanches). Será entregue água aos beneficiários manhã e tarde, assim, 16 beneficiários x 2 turnos x 3 dias x 2 oficinas = 192 águas. A ação terá como objetivo de mostrar que o fortalecimento das lideranças comunitárias é o principal caminho para o desenvolvimento local e alcance dos resultados. A ação terá como público-alvo os representantes de organizações comunitárias locais almejando o fortalecimento destas lideranças comunitárias e o início de uma articulação que estimule a participação e mobilização social. Ocorrerão três encontros de capacitação. Os encontros devem ser entendidos como forma de produção coletiva de conhecimento, partindo do princípio de que todos têm a aprender e a ensinar, de maneira diferenciada, cada um de acordo com suas experiências vividas e saberes adquiridos.</p> <p>a) No primeiro encontro será trabalhado sobre a importância da liderança para o desenvolvimento comunitário; características de um líder; a importância da comunicação para a liderança;</p> <p>b) No segundo encontro será trabalhada uma dinâmica: "a árvore dos sonhos", com o objetivo de identificar os problemas da comunidade</p>
--	--



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	<p>e construir uma visão de futuro comum. Os participantes irão apresentar três problemas da localidade e como gostariam que a sua cidade estivesse daqui até o final do PTSA;</p> <p>c) No terceiro encontro será o encontro do Futuro: será uma técnica participativa utilizada para o levantamento de problemas e potencialidades dos moradores, e tem como objetivo sensibilizar e envolver os líderes em processos de resolução de problemas e tomada de decisões.</p> <p>No final será feita a avaliação do Planejamento Estratégico, com o objetivo de ajudar os participantes a fazer uma avaliação do processo de construção e aplicação do planejamento estratégico. E também serão traçadas as metas para o futuro, com o objetivo de construir uma visão de futuro comum. Como estratégia de mobilização será realizada 1 gravação em áudio e 2 diárias de divulgação sonora para cada workshop, além das inscrições durante os plantões sociais e na ação de Apresentação do Projeto de Trabalho.</p> <p>❖ <b>Eixo III - Educação ambiental, sanitária e patrimonial</b> - as ações objetivam produzir movimentos de conscientização e mudanças em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável:</p> <p>1) <b>Gincanas sobre Educação ambiental:</b> Serão 2 gincanas, cada gincana acontecerá com carga horária de 4h, (4 horas x 2 encontros = 8 horas no total) e cada uma contemplará 50 (cinquenta) beneficiários. Terá como público alvo: alunos e professores da Escola Estadual Ormino Barros e Escola Municipal São Cristóvão que ficam situadas nas localidades contempladas. Será servido lanche (50 lanches x 2 gincanas = 100 lanches) e água aos beneficiários (2 águas por beneficiário x 50 participantes x 2 gincanas = 200 águas). Para</p>
--	---



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	<p>conduzir as gincanas sobre Educação Ambiental, será convidada profissional com qualificação na área e estabeleceremos uma parceria valiosa com a Associação Recicla Santana. As gincanas serão interativas, incentivando a participação ativa dos alunos, com espaço para perguntas e discussões é uma forma de engajar os alunos e promover a conscientização ambiental de maneira divertida e interativa. O profissional encarregado de conduzir a gincana sobre educação ambiental desempenha um papel fundamental para assegurar que o evento seja educativo, envolvente e bem-sucedido. Suas responsabilidades englobam uma gama de tarefas importantes, que se distribuem ao longo de todas as fases do evento — desde o planejamento inicial até a avaliação final. A dinâmica da gincana se dará na forma de um Circuito de Obstáculos Verde. O objetivo da dinâmica é Integrar atividades físicas com educação ambiental. Funcionará da seguinte forma, será criado um circuito de obstáculos que inclua estações com desafios relacionados ao meio ambiente, como responder perguntas, separar itens recicláveis e resolver charadas ambientais. Será articulado com a gestão das escolas e teremos o apoio dos coordenadores e professores. Uma das gincanas acontecerá no centro de convivência Cônego José Bulhões, localizado na Travessa José Amorim que fica próximo à escola Estadual Ormino Barros e outra acontecerá na quadra da Escola São Cristóvão.</p> <p>2) <b>Campanha de plantio de mudas:</b> Será uma campanha dividida em 2 momentos, cada uma acontecerá com carga horária de 4 horas, (4 horas x 2 oficinas = 8 horas no total) irá contemplar 50 participantes cada, total de 100 participantes. Será servido lanche (50 beneficiários x 2 momentos = 100 lanches) e 2 águas (50 beneficiários x 2 águas x 2</p>
--	--



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	<p>momentos = 200 águas. O público alvo serão os alunos e professores da Escola Municipal Santa Sofia que fica situada em uma das comunidades contempladas com a obra. A Campanha envolverá a participação ativa da comunidade escolar e organizações ambientais locais e será estruturada nas seguintes etapas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Conscientização sobre a importância da arborização;</li><li>➤ Coleta de sementes;</li><li>➤ Produção de mudas em viveiros;</li><li>➤ Plantio em áreas designadas.</li></ul> <p>O plantio de mudas será conduzido de maneira estratégica em praças, escolas e outros espaços contribuindo para a melhoria do paisagismo urbano e promoção da biodiversidade. Como estratégia de mobilização será utilizada a articulação com o diretor e ou Coordenador de ensino.</p> <p>3) <b>Oficinas de Tecnologia Sustentável:</b> Serão 4 oficinas, cada oficina acontecerá com carga horária de 4 horas, (4 horas x 4 oficinas= 16 horas no total) e contemplará 25 participantes cada, totalizando 100. O público alvo serão os beneficiários dos bairros contemplados com a obra. Serão distribuídas nos 4 bairros contemplados. Serão servidos lanches (25 beneficiários x 4 oficinas = 100 lanches) e 2 águas (25 beneficiários x 2 águas x 4 oficinas = 200 águas). As Oficinas de Tecnologia Sustentável serão uma iniciativa educativa e prática para capacitar a comunidade para práticas ambientais conscientes. Estas oficinas abrangerão uma variedade de tópicos, como energia renovável, eficiência energética, gestão de resíduos e práticas sustentáveis do dia a dia. Cada oficina será conduzida por especialista na área, proporcionando oportunidade dos participantes aprenderem na prática e aplicarem conceitos sustentáveis em suas</p>
--	---



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	<p>vidas cotidianas. Além disso, serão realizadas demonstrações práticas, desde a construção de soluções simples até o uso eficiente de recursos naturais. Para garantir a participação ativa, as oficinas serão interativas, permitindo que os participantes compartilhem experiências, façam perguntas e colaborem em projetos práticos. Essa abordagem prática visa promover a adoção real de tecnologias sustentáveis, contribuindo para um impacto positivo duradouro na comunidade. Os progressos e feedbacks dessas oficinas serão documentados em relatórios mensais, fornecendo uma análise contínua do impacto e identificando áreas para melhorias e ajustes. Como estratégia de mobilização será realizada 1 gravação em áudio e 2 diárias de divulgação sonora para cada oficina, além das inscrições durante os plantões sociais e na ação de Apresentação do Projeto. Esta ação acontecerá em parceria com associações e instituições empreendedoras locais, dentre as quais, as já identificadas: Associação Recicla Santana; e, Associação dos Guardiões do Rio Ipanema - AGRIPA.</p> <p>4) <b>Oficina sobre Gestão de Resíduos:</b> Serão 4 oficinas, cada oficina acontecerá com carga horária de 4 horas, (4 horas x 4 oficinas= 16 horas no total) e contemplará 25 participantes cada, totalizando 100. O público alvo serão os beneficiários dos bairros contemplados com a obra. Serão distribuídos nos 4 quatro bairros contemplados. Serão servidos lanches (25 beneficiários x 4 oficinas = 100 lanches) e 2 águas (25 beneficiários x 2 águas x 4 oficinas = 200 águas).Conduzir uma Oficina sobre Gestão de Resíduos com o objetivo de conscientizar e capacitar a comunidade sobre práticas eficientes e sustentáveis na gestão de resíduos. Durante a oficina, serão abordados temas como a importância da coleta seletiva, técnicas de redução de resíduos,</p>
--	---



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	<p>reciclagem e compostagem. Especialista em gestão de resíduos conduzirão a oficina, proporcionando informações teóricas e práticas. Os participantes terão a oportunidade de aprender sobre a separação correta de resíduos, identificar materiais recicláveis e explorar alternativas para a reutilização e reciclagem. Além disso, a oficina realizará em parcerias com a Associação Recicla com a criação de iniciativas comunitárias, como execução de pontos de coleta seletiva no comércio local, em escolas e em outras associações/instituições locais, visando envolver ativamente os participantes na implementação de práticas sustentáveis de gestão de resíduos, incluindo panfletagem e disseminação de informações para estas instituições através dos jovens. O progresso e o engajamento serão registrados em relatórios mensais, fornecendo insights sobre o impacto positivo da oficina na adoção de práticas mais conscientes em relação aos resíduos na comunidade. Como estratégia de mobilização será realizada 1 gravação em áudio e 2 diárias de divulgação sonora para cada oficina, além das inscrições durante os plantões sociais e na ação de Apresentação do Projeto.</p> <p>5) <b>Ações em saúde preventiva:</b> Serão organizadas 10 ações voltadas para a saúde preventiva, cada ação acontecerá com carga horária de 4h, (4 horas x 10 encontros = 40 horas no total). Terá como público alvo a população idosa beneficiada com a obra de drenagem, dado o número significativo de idosos apontado no diagnóstico. As ações acontecerão em órgãos públicos do município e serão distribuídas nos bairros contemplados. Será servido lanche (30 lanches x 10 ações = 300 lanches) e água aos beneficiários (2 águas por beneficiário x 30 participantes x 10 ações = 600 águas). As ações em saúde preventiva terão como principal objetivo reduzir o risco de doenças e promover</p>
--	---



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	<p>o bem-estar geral da população envolvida, para que tenham uma melhorar na qualidade de vida. As ações serão desenvolvidas ao longo dos meses com 1 educador físico e 1 profissional da área de saúde, os mesmos fornecerão informações e orientações práticas/estratégias para incorporar hábitos saudáveis no cotidiano dos cidadãos. Em momentos específicos cada profissional estará realizando ações em sua área de atuação, um com atividades físicas: dança e ginástica, e o outro com triagens e monitoramentos: verificação de pressão arterial e medição de glicose. Os participantes serão incentivados a participarem ativamente, compartilhando experiências e recebendo orientações personalizadas para a promoção de uma vida mais saudável. As ações abordarão a importância da prevenção de doenças específicas da região, com foco em estratégias práticas para manter uma comunidade mais saudável. O progresso será monitorado e documentado em relatórios mensais e realizada ao final das ações avaliações proporcionando insights sobre a adesão às práticas de saúde preventiva e identificando áreas para intervenções adicionais, se necessário. Como estratégia de mobilização será realizada 1 gravação em áudio e 1 diária de divulgação sonora para cada ação, além das inscrições durante os plantões sociais e na ação de Apresentação do Projeto.</p> <p>6) <b>Oficinas de cuidado com o Meio Ambiente:</b> Serão 4 oficinas, uma em cada um dos 4(quatro) bairros contemplados com obra. Cada uma acontecerá com carga horária de 4h, (4 horas x 4 encontros = 16 horas no total) contemplando 50 (cinquenta) beneficiários cada, totalizando 200 participantes. Terá como público alvo: os beneficiários da intervenção. Será servido lanche (50 lanches x 4 palestras = 200 lanches) e água aos beneficiários (2 águas por beneficiário x 50</p>
--	--



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	<p>participantes x 4 palestras = 400 águas). Conduzir uma série de Oficinas de Cuidado com o Meio Ambiente para envolver ativamente a comunidade em práticas sustentáveis. Essas oficinas abrangerão tópicos como preservação da biodiversidade, conservação de recursos hídricos, redução do uso de plásticos e a importância da sustentabilidade no dia a dia. Especialistas ambientais e facilitadores conduzirão as oficinas, fornecendo informações teóricas e práticas. Os participantes serão incentivados a participar de atividades práticas, como mutirões de limpeza, plantio de mudas e criação de espaços verdes comunitários. Além disso, as oficinas visam inspirar a criação de projetos comunitários voltados para a preservação ambiental, incentivando a participação ativa da comunidade na promoção da sustentabilidade. O progresso e o envolvimento serão registrados em relatórios mensais, oferecendo uma visão abrangente do impacto positivo das oficinas nas práticas de cuidado com o meio ambiente na comunidade. Como estratégia de mobilização será realizada 1 gravação em áudio e 1 diárias de divulgação sonora para cada oficina, além das inscrições durante os plantões sociais e na ação de Apresentação do Projeto.</p> <p>❖ <b>Eixo IV- Desenvolvimento Socioeconômico</b> - será oferecido capacitações para jovens e adultos, que vivem em situação de vulnerabilidade e/ou risco social. A ação tem como um de seus pilares contribuir para a formação profissional de qualidade, além de proporcionar aos participantes conhecimentos específicos em determinada área, e conscientizá-los e prepará-los para exercer a cidadania. Esta ação não terá somente por objetivo a capacitação profissional para o acesso deste jovem ao mercado de trabalho, mas o seu desenvolvimento pessoal, o que viabiliza sua inclusão nas</p>
--	---



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

	<p>dimensões social e cultural, contribuindo para a melhoria social da região. A capacitação será distribuída da seguinte forma:</p> <p>1) <b>Curso de Técnicas de Reciclagem:</b> Será 1 curso com carga horária de 24h e contemplará 20 (vinte) beneficiários. Terá como público alvo: os beneficiários da área de abrangência da intervenção. Será servido lanche (20 lanches x 2 turnos X 3 dias = 120 lanches) e água aos beneficiários (2 águas por beneficiário x 20 participantes x 2 turnos x 3 dias = 240 águas). O Curso de Técnicas de Reciclagem terá o objetivo de capacitar a comunidade em práticas eficientes de reciclagem. O curso abrangerá temas como identificação de materiais recicláveis, processos de separação, técnicas de reciclagem de papel, plástico, vidro e metal, e a importância da reciclagem para o meio ambiente. Especialistas em reciclagem conduzirão o curso, oferecendo tanto teoria quanto prática. Os participantes terão a oportunidade de visitar centros de reciclagem local, aprender técnicas de classificação de resíduos e participar de atividades práticas de reciclagem com confecção de pufes. A conclusão bem-sucedida do curso poderá ser certificada, fornecendo às participantes habilidades práticas e conhecimentos que podem ser aplicados em iniciativas locais de reciclagem. Para o curso será disponibilizado o seguinte kit para cada participante: 1 apostila, 2 metros de chita, 2 carreteis de linha, garrafas pet para confecção de 2 pufes, 1 kit de agulha, 1 cola universal, 1 lápis grafite, 1 borracha, 1 metro de espuma, 1 fita métrica, 1 estilete, 4 fitas adesivas, 1 tesoura. Como estratégia de mobilização será realizada 1 gravação em áudio e 2 diárias de divulgação sonora, além das inscrições durante os plantões sociais e na ação de Apresentação do Projeto.</p>
--	---



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	<p>2) <b>Curso de Artesanato Sustentável:</b> Será 1 curso com carga horária de 20 horas, contemplando 15 (quinze) beneficiários. Terá como público alvo: os beneficiários da área de abrangência da intervenção. Será servido lanche (15 lanches x 5 turnos = 75 lanches) e água aos beneficiários (2 águas por beneficiário x 15 participantes x 5 turnos = 150 águas). Desenvolver um Curso de Artesanato Sustentável visando capacitar a comunidade em práticas criativas e ambientalmente conscientes. O curso abrangerá técnicas de artesanato utilizando materiais recicláveis e reaproveitados, promovendo a sustentabilidade e a redução de resíduos. Instrutores especializados em artesanato sustentável conduzirão o curso, fornecendo instruções práticas sobre a criação de produtos artesanais. Os participantes terão a oportunidade de explorar diversas técnicas, como tecelagem com materiais reciclados, confecção de objetos decorativos e produção de bijuterias sustentáveis, para isto receberão materiais reciclados advindos da coleta seletiva, tais como fios de tecidos reaproveitados de roupas antigas ou descartadas, Materiais de descarte, como sacolas plásticas ou embalagens flexíveis, papeis reciclados ou jornais para confecção de origamis e esculturas, madeira de reuso, como pallets ou móveis antigos restaurados, vidro reciclado para criação de vasos, luminárias ou mosaicos, peças metálicas reaproveitadas de objetos antigos, como relógios ou utensílios domésticos, contas feitas de materiais reciclados, como vidro, plástico ou cerâmica, assim como materiais ferramentas e equipamentos básicos, como tesouras, agulhas, linhas, colas e tintas ecológicas. Como estratégia de mobilização será realizada 1 gravação em áudio e 2 diárias de divulgação sonora, além das</p>
--	--



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	<p>inscrições durante os plantões sociais e na ação de Apresentação do Projeto.</p> <p>3) <b>Curso de Costura Criativa:</b> Será 1 curso com carga horária de 20h, contemplando 15 (vinte) beneficiários cada. Terá como público alvo: os beneficiários da área de abrangência da intervenção. Será servido lanche (15 lanches x 5 turnos = 75 lanches) e água aos beneficiários (2 águas por beneficiário x 15 participantes x 5 turnos = 150 águas). Este curso será ministrado por um profissional qualificado com expertise na área. Este curso proporcionará aos participantes a possibilidade de desenvolver trabalhos manuais, que faz os envolvidos relaxarem, ajuda na organização, na criatividade e desperta a boa sensação do 'Eu quem fiz'. O curso proporciona aos envolvidos momentos muito divertidos, lúdicos e repleto de possibilidades de aprendizado, desenvolve a imaginação e a concentração, de acordo com cada vivência, experiência e preferências de cada participante. Ao fazer algo do começo ao fim, pensando em todos os detalhes da peça e participando de cada etapa do processo, os participantes sentirão uma sensação única, além de muito orgulho de seus feitos, reforçando a autoestima. Dentre os conceitos abordados: Introdução à costura criativa com a inclusão de explicação sobre alguns tipos de pontos manuais, tipos de agulhas utilizadas e linhas adequadas para diferentes tecidos, assim como, escolha adequada de tecidos, acessórios e adornos para cada projeto, levando em consideração a funcionalidade e a estética desejada. Serão também ensinado técnicas de corte para obter peças com medidas e formatos corretos, ensinado a montagem das peças de acordo com o padrão selecionado, incluindo dentre as ideias e técnicas a criação e/ou customização de: bolsas, toalhas, caixas, panos de</p>
--	--



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

	<p>prato e etc.. Durante as aulas serão citados conceitos básicos de empreendedorismo para aqueles que desejam transformar sua habilidade em costura criativa em uma fonte de renda, incluindo noções de precificação, marketing e vendas. Cada participante receberá no início do curso um Kit contendo: 1 fita métrica, 1 Kit de agulhas, 16 metros de fitas variadas, 2 metros de tecido tricoline, 9 carreteis de linhas de costura cores variadas, 2 panos de prato, 1 lápis grafite, 1 zíper, e metros de feltro, 1 cola universal, 1 apostila, Esses instrumentos possibilitarão o treinamento adequado durante o curso e o início das atividades como profissionais autônomos. Como estratégia de mobilização será realizada 1 gravação em áudio e 2 diárias de divulgação sonora, além das inscrições durante os plantões sociais e na ação de Apresentação do Projeto.</p>
<b>Metas:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Divulgação e mobilização das ações realizadas durante a execução do Projeto (PTSA);</li><li>• Realização de Assembléia no primeiro mês para apresentação do Projeto de Trabalho Socioambiental, destacando os benefícios esperados e esclarecendo dúvidas;</li><li>• Aplicação de questionários de satisfação em todas as ações que envolver o público beneficiário;</li><li>• Produção de relatórios mensais: detalhados que documentam e analisam o progresso, conquistas e desafios das ações em andamento;</li><li>• Realização de oficinas com as temáticas definidas no Projeto (PTSA);</li><li>• Realização de cursos com as s temáticas definidas no Projeto (PTSA);</li><li>• Conduzir uma Campanha de Plantio de Mudas, envolvendo a participação ativa da comunidade, escolas locais e organizações ambientais Técnicas de Reciclagem;</li></ul>



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

	<ul style="list-style-type: none"><li>Conduzir palestras sobre Educação Ambiental em escolas e empresas locais, estabelecendo uma parceria valiosa com a Associação Recicla Santana.</li></ul>
<b>Indicadores</b>	Atender 1.459 famílias, aproximadamente 3.724 indivíduos, 717 idosos que estão sendo afetados por alagamentos e transbordamentos causados pelas chuvas.
<b>Meios de verificação</b>	Abordagem integrada de interdisciplinaridade;  Participação dos beneficiários.
<b>Período de verificação</b>	2024/2025

#### **4. DURAÇÃO DA PARCERIA**

**4.1.** A parceria terá duração pelo período **12** meses de vigência, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 13.019/14.

#### **5. RECURSOS A SEREM CUSTEADOS PELA PARCERIA**

A parceria será realizada com o município de Santana do Ipanema, através da secretaria municipal do trabalho, assistência e desenvolvimento social – SMTADS, onde a fonte de recurso eminente a recursos do governo federal através do **Ministério Desenvolvimento Regional**. O Valor do Projeto Técnico Socioambiental (PTSA): **Na Portaria 464 de 25 de julho de 2018**, informa que o valor do PTS tem que ser no mínimo **2,5% do valor global da obra**.

#### **6. DO CUSTO:**

**6.1.** Para desenvolvimento do serviço, os valores de referência pactuados seguem discriminados no quadro abaixo:



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

REFERÊNCIA	VALOR
<b>Dotação orçamentária:</b> Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social <b>Elemento de despesa:</b> 3.3.3.9.04.00 – Contratação por tempo determinado 3.3.3.9.03.9 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica <b>Fonte:</b> Recurso Federal	R\$ 359.999,75 (trezentos e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos).

**6.2.** O Valor total para o objeto de que trata estas referências é de R\$ 359.999,75 (trezentos e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos).

## **7. DA SELEÇÃO DA OSC**

**7.1.** As Organizações da Sociedade Civil que tiverem interesse na parceria do objeto proposto deverão apresentar proposta através do procedimento de Chamamento Público nos termos da Lei nº 13.019/14, o qual será processado pela Comissão de Seleção, instituída por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, a qual selecionará a melhor proposta, as quais deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) A descrição da realidade objeto da parceria e o nexo do PTSA – Projeto Técnico Socioambiental, destinado para drenagem urbana e manejo de águas pluviais no Município de Santana do Ipanema – AL, proposto;
- b) As ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- c) Os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
- d) O valor global.

**7.2.** A avaliação individualizada e a pontuação, para fins de classificação, serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

**7.2.1.** O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Lei 13.019/2014, tem abrangência nacional. Isso quer dizer que as mesmas regras serão válidas para as parcerias celebradas entre as OSCs e a administração pública federal, estadual, distrital e municipal. A partir de sua entrada em vigor, as parcerias passam a conferir mais segurança jurídica a todos os envolvidos.

A lei determina que as relações de parceria devem observar:

- a) A promoção, o fortalecimento institucional, a capacitação e o incentivo à organização da sociedade civil para a cooperação com o poder público;
- b) A priorização do controle de resultados;
- c) O uso de tecnologias de informação e comunicação
- d) A cooperação institucional entre os entes federados nas relações com as OSCs;
- e) A gestão de informação, a transparência e a publicidade;
- f) A ação integrada entre os entes da Federação;
- g) A sensibilização, a capacitação, o aprofundamento e o aperfeiçoamento do trabalho de gestores públicos, nas atividades e projetos de interesse público e relevância social com organizações da sociedade civil;
- h) A adoção de práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes para coibir a obtenção, individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens indevidas;
- i) A aplicação de conhecimentos da ciência e tecnologia e da inovação para promover maior qualidade de vida da população em situação de desigualdade social.

**7.2.2.** A OSC deverá comprovar regularidade jurídica e fiscal. Devem também manter seu Estatuto Social, membros da diretoria e dos eventuais conselhos registrados em cartório, além dos dados cadastrais atualizados no CNPJ e demais sistemas públicos de informação Lei 13.019/2014: Art. 34.

**7.2.3.** Impedimentos e restrições:

A Lei 13.019/2014 elenca os casos que impedem que organizações da sociedade civil possam celebrar novas parcerias:

- a) Contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

For sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;  
For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;  
Apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

- b) Contas julgadas irregulares ou rejeitadas por qualquer Tribunal ou Conselho de Contas, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos. Tampouco poderá celebrar uma parceria a organização que tenha sido punida pela administração pública nas seguintes situações:
- 1) Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública;
  - 2) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
  - 3) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar Termos de Fomento, Termos de Colaboração, Acordos de Cooperação e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública, por prazo não superior a dois anos;
  - 4) Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar Termos de Fomento, Termos de Colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo.

**7.3.** Promovida a Classificação da melhor proposta, deverá ser promovida a etapa de celebração, nos termos propostos pela Lei nº 13.019/14, havendo a apresentação pela OSC mais bem classificada do Plano de Trabalho, o qual deverá estar de acordo com o modelo anexo, bem como deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- b) a forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;
- c) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- d) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- e) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- f) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

**g)** as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso.

**7.3.1.** A previsão de receitas e despesas de que trata a alínea “e” deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico.

**7.3.2.** Além da apresentação do plano de trabalho, a OSC selecionada deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES:**

**8.1.** São obrigações da Administração Pública:

**8.1.1.** Controlar e fiscalizar a execução em tempo hábil e de modo eficaz do Termo de Colaboração, por meio de Gestor habilitado, com poderes de controle e fiscalização;

**8.1.1.1.** Está impedida de participar como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes, hipótese na qual deverá ser designado gestor ou membro substituto que possua qualificação técnica equivalente à do substituído;

**8.1.1.2.** Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

**8.1.2.** Fornecer manuais específicos de prestação de contas à organização da sociedade civil por ocasião da celebração da parceria, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos, informando previamente à organização da sociedade civil e publicando em meios oficiais de comunicação eventuais alterações no seu conteúdo;



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

- 8.1.3.** Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- 8.1.3.1.** O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
- 8.1.3.1.1.** Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
  - 8.1.3.1.2.** Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho;
  - 8.1.3.1.3.** Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
  - 8.1.3.1.4.** Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no Termo de Colaboração;
  - 8.1.3.1.5.** Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
- 8.1.4.** Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, realizar, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do Plano de Trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- 8.1.5.** Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Colaboração;
- 8.1.6.** Viabilizar o acompanhamento pela Internet do processo de liberação de recursos da parceria celebrada;
- 8.1.7.** Manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- 8.1.8.** Divulgar pela Internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

**8.2. São obrigações da organização da sociedade civil:**

- 8.2.1.** Manter escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- 8.2.2.** Divulgar, na Internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
  - 8.2.2.1.** Data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;
  - 8.2.2.2.** Nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;
  - 8.2.2.3.** Descrição do objeto da parceria;
  - 8.2.2.4.** Valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;
  - 8.2.2.5.** Situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;
  - 8.2.2.6.** Quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;
- 8.2.3.** Depositar, manter e movimentar os recursos recebidos em decorrência da parceria em conta corrente específica da instituição financeira pública determinada pela administração pública.
- 8.2.4.** Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.
- 8.2.5.** Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- 8.2.6.** Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

- 8.2.7.** Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou, no caso de a parceria exceder um ano, no final de cada exercício.
- 8.2.8.** Manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

## **9. DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS**

**9.1.** As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- 9.1.1.** Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- 9.1.2.** Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;
- 9.1.3.** Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

**9.2.** Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

- 9.2.1.** Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

**9.3.** Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

**9.4.** Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

## **10. DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

**10.1.** O Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**10.2.** As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas tendo em conta:

**10.2.1.** A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

**10.2.1.1.** O processamento das compras e contratações que envolvam os recursos recebidos adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública, sendo facultada a utilização do portal de compras disponibilizado pela administração pública.

**10.2.2.** A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

**10.3.** É vedado à organização da sociedade civil, sob pena de rescisão do ajuste:

**10.3.1.** Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

**10.3.2.** Pagar, a qualquer título, parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**10.4.** Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no Plano de Trabalho, as despesas com:



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

- 10.4.1.** Remuneração da equipe encarregada da execução do Plano de Trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
- 10.4.1.1.** O pagamento da remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com os recursos recebidos não gera vínculo trabalhista com o poder público.
- 10.4.2.** Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
- 10.4.3.** Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e;
- 10.4.4.** Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

## **11. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**11.1.** A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- 11.1.1.** Extrato da conta bancária específica e exclusiva;
- 11.1.2.** Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
- 11.1.3.** Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- 11.1.4.** Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

- 11.1.5.** Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- 11.1.6.** Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
- 11.2.** Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
- 11.2.1.** Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
- 11.2.2.** A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.
- 11.3.** A prestação de contas relativa à execução do Termo de Colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no Plano de Trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
- 11.3.1.** Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo os Projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- 11.3.2.** Relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho.
- 11.4.** A administração pública deverá considerar ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
- 11.4.1.** Relatório de visita técnica *in loco* eventualmente realizada durante a execução da parceria;
- 11.4.2.** Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Colaboração.
- 11.5.** Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer técnico de análise do gestor acerca da prestação de contas da parceria celebrada deverá, obrigatoriamente, mencionar:
- 11.5.1.** Os resultados já alcançados e seus benefícios;



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

**11.5.2.** Os impactos econômicos ou sociais;

**11.5.3.** O grau de satisfação do público-alvo;

**11.5.4.** A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

**11.6.** A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até **noventa dias** a partir do término da vigência da parceria ou, se a duração da parceria exceder um ano, no final de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

**11.6.1.** O prazo referido no subitem **11.6.** poderá ser prorrogado por até **30** (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

**11.7.** O disposto no subitem **11.6.** não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto, hipótese em que o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

**11.8.** A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de **cento e cinquenta dias**, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo concluir, alternativamente, pela:

**11.8.1.** Aprovação da prestação de contas;

**11.8.2.** Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

**11.8.3.** Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

**11.9.** Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

**11.9.1.** O prazo referido no subitem **11.9.** é limitado a **45** (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

**11.9.2.** Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos,



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

**11.10.** O transcurso do prazo definido nos termos do subitem **11.8.** sem que as contas tenham sido apreciadas:

**11.10.1.** Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

**11.10.2.** Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

**11.11.** As prestações de contas serão avaliadas:

**11.11.1** Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

**11.11.2** Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

**11.11.3** Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

**11.11.3.1.** Omissão no dever de prestar contas;

**11.11.3.2.** Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

**11.11.3.3.** Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

**11.11.3.4.** Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

**11.12.** O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

**11.13.** Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

interesse público, mediante a apresentação de novo Plano de Trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do Plano de Trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

**11.14.** Durante o prazo de **10** (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

## **12. DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS**

**12.1.** Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

## **13. DOS BENS REMANESCENTES**

**13.1.** Para os fins do Termo de Colaboração, consideram-se remanescentes os bens de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

**13.2.** Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto neste termo e na legislação vigente.

## **14. DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

**14.1.** Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

**14.1.1.** Advertência;

**14.1.2.** Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

**14.1.3.** Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar

**Página 31 de 32**



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem **14.1.2.**

**14.2.** As sanções estabelecidas nos subitens **14.1.2.** e **14.1.3.** são de competência exclusiva do **Chefe do Poder Executivo Municipal**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

**14.3.** As sanções previstas nesta cláusula não excluem as dispostas na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.